

Técnicos propõem a saúde descentralizada

**Da sucursal de
BRASÍLIA**

As Secretarias de Saúde devem ser responsáveis pela execução da política de saúde do Brasil. Desse modo é preciso descentralizar do governo federal o poder de tomar decisões econômicas e sociais para o setor, assim como devem ser descentralizados os recursos destinados à saúde do povo.

Essa proposta foi definida ontem, pela maioria dos participantes do III Simpósio sobre Política Nacional de Saúde, na Câmara dos Deputados. O presidente do Sindicato dos Médicos do Estado do Rio de Janeiro, Roberto Gabriel Chabo, pediu a volta do Prev-Saúde e acusou a gestão de Jair Soares, na Previdência Social, de ter sido a mais privatizante da "pequena história do Ministério".

"O regime militar imposto à nação em 1964", segundo Roberto Gabriel Chabo, "determinou um profundo processo de esvaziamento econômico e político dos Estados e Municípios, passando a centralizar nas mãos do governo federal a maior parte dos tributos arrecadados". Por isso, em sua opinião, a crise da Previdência Social "veio em boa hora, na medida em que está forçando discussões sobre os novos rumos da política de saúde".

O fortalecimento econômico e político das Secretarias de Saúde, assim como as vantagens e desvantagens do

chamado convênio-empresa foram os assuntos mais discutidos no último dia do Simpósio, promovido pela comissão de saúde da Câmara dos Deputados. O secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Clemitre Guedes da Silva, denunciou os grandes inconvenientes do convênio-empresa, afirmando que antes de ser admitido, tanto o trabalhador quanto sua família passavam por uma triagem médica, que termina por indicar a precária situação de saúde em que vivem, prejudicando sua aceitação no emprego. Da mesma forma, denunciou que as mulheres só são admitidas depois de comprovado por um médico que não estão grávidas. Ele fez essa exposição depois de ouvir do representante da Associação Brasileira de Medicina de Grupo — Abrange — Irenaldo Rubo, a afirmação de que há três anos a Previdência não homologa novos contratos.

O presidente do Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau — CCPC — Everton de Almeida, pediu que seja dado ao trabalhador rural o mesmo direito que possui o empregado da área urbana. Ele reivindicou, ainda, que possam ser firmados convênios com a Previdência Social nas áreas rurais do Nordeste, mesmo que essas regiões precisem ser retiradas da área do Pias — Programa de Interiorização das Ações de Saúde —, isso porque, segundo afirmou, o programa não funciona, pelo menos na Bahia.